



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - CAPDA**

DATA: 7 de dezembro de 2016.

HORA: 15h15min a 17h

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DAS ADJUNTAS

Membros presentes:

- Rafael Henrique Rodrigues Moreira – Coordenador do CAPDA substituto - MDIC
- Marcelo Souza Pereira – Secretário Executivo do CAPDA-SAP/SUFRAMA
- Luiz Antonio Pazos Moraes – Titular - BNDES
- Estevão Vicente C. Monteiro se Paula – Titular - Governo do Estado do Amazonas
- Celso Piacentini - 2º Titular/Polo Industrial de Manaus-PIM
- Spartaco Astolfi Filho – 1º Suplente Comunidade Científica/UFAM
- Maurício B. De França Teixeira – Titular – FINEP

Convidados:

- Lilian Rose Peters - Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Telecomunicações
- Maurício Itikawa – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Leopoldo Menezes – CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Ivaneide Alves Saldanha – COART/CGTEC/SUFRAMA
- Wariton Pereira de Souza – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- José Bezerra – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Thiago Azevedo – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- João Paulo Penhalosa - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Erica Cintra - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Roberta Costa - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Vera Lúcia Leite - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Valter Silveira - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Daniella R. Bezerra - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Jesner Rebelo de Souza - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Taynara Tenório C. Bezerra - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Maria Edileuza Santos – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: deu as boas-vindas a todos os comitentes presentes e fez um levantamento do quórum, informando a presença dos representantes titulares e/ou suplentes do BNDES, Finep, SUFRAMA e do MDIC, bem como o observador do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Registrou ainda que os representantes do Governo do Estado (titular), do Polo Industrial de Manaus (2º titular) e da Comunidade Científica (suplente), assinaram a lista de presença e, as 15h se ausentaram resultando no não atingimento do quórum mínimo estabelecido pelo

regimento para a deliberação das matérias da pauta da quinquagésima reunião ordinária. Nesse sentido, informou aos presentes que seguiria a pauta com as comunicações e proposições, as quais seriam deliberadas em reunião pelos comitentes presentes, ficando *ad referendum* dos demais comitentes, que deliberariam as matérias por meio eletrônico.

- Foi solicitado que a Secretaria Executiva do CAPDA observe as listas de presença das últimas reuniões, a fim de se identificar ocorrências relativas ao art. 4º, § 5º do Regimento Interno. Determinou à Secretaria Executiva que, caso identificado algum caso pertinente, seja comunicado o Coordenador e informado a sua respectiva instituição para as providências devidas. Enfatizou ainda a importância da presença e participação nas reuniões de todos os comitentes para deliberação das matérias da ordem do dia em uma visão estratégica (os programas), bem como, nos níveis tático e operacional da Lei de Informática, por meio do opinamento sobre os relatórios de avaliação de desempenho, os credenciamentos e os credenciamentos das instituições. Acrescentou que as ausências impactam diretamente na operação das instituições que operacionalizam o P&D na Amazônia Ocidental.

Definiu que a ordem do dia seria votada pelos presentes e que os ausentes votariam eletronicamente. Ficou ainda definido que a aprovação da ata da 50ª Reunião Ordinária, em função da falta de quórum, seria na próxima reunião ordinária.

1. Ajustes Operacionais dos Programas Prioritários: Foi observado que a Resolução nº 13/2016 necessita de alguns ajustes com vistas ao desenvolvimento de projetos de P&D, no âmbito dos programas prioritários, com visão de desenvolvimento de negócios. A operacionalização dessa nova visão precisa ficar bem esclarecida e estruturada, devendo a redação proposição de resolução ser encaminhada eletronicamente para a apreciação dos comitentes.
2. Alteração da Lei nº 8.387/1991: Foi exposto em apresentação em *power point* o tema do seminário realizado em novembro de 2016, no qual foi-se abordado a alteração da Lei de Informática, contemplando:
 - a inclusão do Estado do Amapá;
 - o estabelecimento do CAPDA no âmbito da Lei;
 - em resposta a pleito das ICTs locais, o aumento da previsão de custos incorridos para as ICTs para 20% a fim de balancear com o limite estabelecido para as demais regiões do Brasil, regidas pelo Decreto nº 5.906/2006 (na Zona Franca de Manaus, o percentual previsto pelo Decreto nº 6.008/2006 é de 10%);
 - a adequação de alguns termos utilizados (ex: TIC em substituição à informática);
 - o aumento do faturamento bruto anual limite para comprovação da contrapartida no modelo simplificado de avaliação, que hoje é de R\$ 15 milhões estabelecidos em 2006, portanto, já defasados, passando para R\$ 40 milhões, garantindo a adoção do rito sumário dos RDA's nas obrigações assessórias das empresas que apresentam contrapartida muito pequena;
 - uma simplificação administrativa, que é a inclusão da possibilidade de facilitar o processo de realização das análises e avaliações dos RDAs por meio de auditorias operacionais independentes;

- a metodologia de análise e publicação de manuais, os quais se encontram em estudo e construção por equipe formada de consultores e técnicos da Suframa;
- a plataforma on-line de preenchimento, avaliação e acompanhamento dos RDAs, garantindo que os investimentos sejam da melhor forma monitorados por meio de tecnologia; e
- a inclusão da opção, na modalidade de investimentos internos, de aplicação em fundos de investimentos, cuja operacionalização será objeto de futura explicação; em programas prioritários com enfoque em P&D pré-competitivo, a fim de que as empresas tenham possibilidade de participação nos resultados futuros, dando ao P&D uma visão de negócios futuros, produtos, *spin offs*, *startups* e licenciamentos; em operação e implantação de incubadora e aceleradora de empresas; contratação de projetos de P&D ou assistência técnico-científica e serviços especializados com empresas de base tecnológica (*startups*) vinculadas a incubadoras e aceleradoras; investimentos em *startups* com possibilidade de *equity*, ou seja abertura da possibilidade de conversão do investimento em P&D em participação societária; e possibilidade de investimentos em projetos sustentáveis.
- o reinvestimento das glosas em *equity* de *startups*, programas prioritários, incubadoras e aceleradoras com possibilidade de parcelamento do valor devido em até 48 meses.

Concluiu informando que as propostas ainda se encontram em discussão para tramitar pela Casa Civil. Abriu espaço para dúvidas ou comentários e, diante de ausência de manifestação, passou a palavra ao Secretário Executivo para abordar as demais proposições da pauta,

MAURÍCIO B. DE FRANÇA TEIXEIRA –Titular – FINEP: Informou que a Finep dispõe de equipe que possui vasta experiência em projetos na área de TIC, com familiarização com o ecossistema de inovação envolvendo grandes e médias empresas e suas relações com *startups*. Concluiu disponibilizando a equipe para enriquecer a discussão, uma vez que possui carteira de projetos que inclui pequenas empresas e *startups* com atividades de inovação envolvendo sistema financeiro.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): Reiterou a impossibilidade de votação por motivo de quórum e deu início à apresentação da pauta composta pelas proposições nºs 10 a 13, as quais serão postas em votação eletrônica. Informou que as proposições serão tratadas em blocos, sendo o primeiro composto pelas de nºs 10, 11 e 13, que tratam das manutenções de credenciamento, propostas de credenciamento e proposta de descredenciamento, consecutivamente; e o segundo composto pela proposição nº 12, que trata da instituição do INDT como coordenador do programa prioritário Economia Digital. Apresentou o Leopoldo, coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA, que realizou a apresentação dos conteúdos das proposições.

LEOPOLDO MENEZES- coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: Apresentou-se e informou que neste ato está substituindo o Coordenador-geral de Gestão Tecnológica, o sr. Carlos Roberto da Silva, que se encontra em gozo de férias. Continuou pontuando as proposições, conforme agrupamento determinado pelo Secretário Executivo:

1. **Proposição Nº. 10/2016:** Trata de 6 Relatórios de Avaliações de Desempenho referentes à manutenção de credenciamento de instituições pelo CAPDA, sobre os

quais serão abordados os conteúdos de forma resumida, com foco nos pontos principais:

- o ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA – EST (unidade habilitada da Universidade do Estado do Amazonas – UEA) - Relatório de Avaliação de Desempenho nº 005/2016-COART/CGTEC/SAP: trata-se do conjunto das faculdades de engenharia da UEA, credenciada por meio da Resolução nº 25, de 19/12/2003. A última avaliação de desempenho da instituição ocorreu em 2006. Com relação à avaliação atual, foram constatações da instituição:
 - a) Pesquisadores:
55 doutores. Na última avaliação foi constatado 9 doutores e 1 pós-doutor, ou seja, nesta avaliação, a instituição conta com 5 vezes a quantidade de doutores constata-
tadas na avaliação anterior.
 - b) Infraestrutura:
20 laboratórios, sendo 9 dedicados a P&D. Na última avaliação, foram constatados
29 laboratórios, porém não houve verificação daqueles que são exclusivamente
para atividades de P&D, atualmente 9.
 - c) Projetos de P&D
No período avaliado foram realizados projetos em convênio com as empresas
Samsung e Cal-Comp, envolvendo recursos que totalizam R\$ 44 milhões.

Em função de atender aos requisitos da Resolução CAPDA nº 5/2010 e pelo resultado constatado na avaliação, fica recomendada a manutenção do credenciamento desta unidade.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: colocou a manutenção do credenciamento da Escola Superior de Tecnologia da UEA em votação, a qual foi aprovada pelos comitentes presentes.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: Prosseguiu na pauta apresentando a avaliação de desempenho do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM - RAD Nº 6/2016. Instituto localizado em Tefé, interior do estado do Amazonas e trabalha com pesquisa na área de meio ambiente, agronomia. Biodiversidade, serviços científicos e tecnológicos, entre outros. Foi credenciado por meio da Resolução nº 17, de 18/11/2005, tendo sido avaliado em 2010. Com relação a atual avaliação:

- a) Recursos Humanos: Atual: 8 doutores, 15 mestres, 1 especialista, 92 bolsistas dedicados a P&D. Na última avaliação, foram registrados: 2 doutores, 3 doutorandos, 6 mestres, 2 mestrandos, 4 especialistas e 16 graduados: dedicados a P&D.
- b) Infraestrutura: atualmente a instituição conta com 18 laboratórios.
- c) Projetos de P&D: Não obteve acesso aos recursos provindos da Lei de Informática pelo segundo ciclo avaliativo.

Durante a avaliação de desempenho da instituição, que inclui visita às instalações da instituição, foi demonstrado interesse institucional em manter-se credenciado para que possa apresentar projetos às empresas beneficiárias. Há ainda de se considerar que o mesmo se encontra fora de Manaus, que, dentro da necessidade de descentralização do P&D desta capital, adicionado das constatações de ampliação de capital humano e estrutura, recomendamos que seja mantido o credenciamento desta instituição.

MAURÍCIO B. DE FRANÇA TEIXEIRA –Titular – FINEP: Questionou da possibilidade do CAPDA manter o credenciamento, obtendo resposta afirmativa dos comitentes. Pontuou ainda que o instituto possui linhas de pesquisa congêneres aos objetivos da Lei de Informática que poderia estar recebendo recursos, exemplificando com a área de sensoriamento remoto.

LUIZ PAZOS – Titular BNDES: Acrescentou que é interessante a manutenção do credenciamento do Instituto Mamirauá porque dentro dos novos temas prioritários do CAPDA, o instituto poderá apresentar projetos, reconhecendo a experiência e legitimidade no estudo da Amazônia.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: Informou que além dos pontos citados, o instituto realiza projetos na área de robótica e que a manutenção do credenciamento o mantém elegível ao recebimento dos necessários recursos.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo voto contrário dos comitentes, foi considerada aprovada a manutenção do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: prosseguiu apresentando a avaliação do INSTITUTO TRIAD SYSTEMS - RAD Nº 9/2016, que trabalha com projetos de desenvolvimento de softwares. Foi credenciada por meio da Resolução nº 2, de 17/12/2012 e esta é a primeira avaliação de desempenho após o seu credenciamento. Os dados da instituição constatados nesta avaliação de desempenho são:

- a) Recursos Humanos: no credenciamento, possuíam total de 18 pesquisadores, dos quais 12 são em regime CLT, atualmente, são 32 profissionais atuando diretamente em P&D, dos quais 1 é Doutor e 1 é mestre, o que atende ao requisito estabelecido na Resolução CAPDA nº 8/2015
- b) Infraestrutura: possui 2 laboratórios em funcionamento na ocasião da avaliação e 2 outros em manutenção.
- c) Projetos de P&D: Foram realizados convênios envolvendo recursos por volta de R\$ 7milhões com as empresas WOOX INNOVATION, TCT MOBILE e GBR

Como resultado desta avaliação de desempenho, somos favoráveis à manutenção do credenciamento desta instituição.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo voto contrário dos comitentes, foi considerada aprovada a manutenção do Instituto TRIAD SYSTEMS.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: prosseguiu apresentando a avaliação do INSTITUTO EMBRAPA RR - RAD Nº 10/2016. Credenciada por meio da Resolução nº 7, de 29/7/2005 e a última avaliação de desempenho ocorreu em 2007. Os dados da instituição verificados nesta avaliação de desempenho são:

- a) Recursos Humanos: na última avaliação, a instituição contava com 19 doutores, 3 doutorandos e 10 mestres. Nesta avaliação foi constatada a presença de 36 pessoas dedicadas à atividade de P&D, dos quais 23 são doutores (64%) e 13 (36%) são mestres.
- b) Infraestrutura: a instituição apresentou grande desenvolvimento em termos de estrutura física desde a última avaliação. Em 2007 eram 6 laboratórios em área total de 185 m², em 2009, foram 11 laboratórios que ocupavam 704 m² e, atualmente são 14 laboratórios que ocupam área total de 1.592 m².

O Instituto Embrapa, apresenta situação similar ao apresentado pelo Instituto Mamirauá. Não obteve acesso aos recursos da Lei de Informática em duas avaliações seguidas, no entanto, pelo fato da evolução apresentada em termos de infraestrutura e de recursos humanos, bem como da relevância de suas atividades, recomendamos que seja mantido o credenciamento do Instituto.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo voto contrário dos comitentes, foi considerada aprovada a manutenção do Instituto EMBRAPA RR.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: prosseguiu apresentando a avaliação do Instituto de Computação – Icomp da UFAM - RAD Nº 11/2016. Credenciada por meio da Resolução nº 8, de 18/6/2003, mas foi recredenciada como unidade de P&D da UFAM por meio da Resolução nº 1, de 12/12/2011, sendo a última avaliação de desempenho em 2009. Os dados da instituição verificados nesta avaliação de desempenho são:

- a) Infraestrutura: a instituição possuía 8 na última avaliação e agora conta com 10 laboratórios, observando que estes passaram por modernização tecnológica.
- b) Projetos de P&D: o instituto obteve, no período avaliado, recursos dos Editais nºs 15/2013 e 16/2013 PRO TI/PESQUISA, totalizando R\$ 1 milhão e de convênios com INDT e Samsung, que totalizam R\$ 13 milhões entre 2013 e 2016

Recomendamos a manutenção do credenciamento do Icomp.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo voto contrário dos comitentes, foi considerada aprovada a manutenção do Instituto de Computação – Icomp da UFAM.

MAURÍCIO B. DE FRANÇA TEIXEIRA –Titular – FINEP: Elogiou a evolução do instituto entre a última avaliação e a avaliação atual, pontuando os indicadores e exemplificado pela quantidade de artigos publicados.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: continuou apresentando a avaliação do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial - CIDE - RAD Nº 13/2016, que é uma incubadora de empresas e foi credenciada por meio da Resolução nº 13, de 22/8/2003. A incubadora possui uma área total de 1.530 m², onde são abrigados 14 módulos para incubar empresas e um auditório de 950m². Em 2016, foram incubadas 15 empresas, todas na área de TI. No período relativo a esta avaliação (2011 a 2016), foram aplicados em projetos de empresas incubadas o total de R\$ 24,5 milhões. Visto que todos os requisitos estabelecidos na Resolução nº 7/2015 foram atendidos, recomendamos a manutenção do credenciamento do CIDE.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: observou que os montantes aportados em projetos na incubadora são representativos e, não havendo voto contrário dos comitentes, considerou aprovada a manutenção do CIDE. Prosseguiu para a Proposição nº 11, que trata das propostas de credenciamento de instituições nos termos da Resolução CAPDA nº 5/2010: Instituto CAL-COMP e Instituto de Tecnologia do Norte.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: iniciou apresentando o Instituto CAL-COMP de Pesquisa e Inovação da Amazônia. O instituto demonstrou que possui como atividade precípua a realização e atividades de P&D, atendendo o art. 20, combinado com os incisos I, II e III do art. 23 e I e II do art. 24 do Decreto nº 6.008/2006, o que pode ser verificado em seu estatuto. Quanto aos recursos humanos, o ICCT apresenta quadro composto por 28 profissionais dedicados às atividades de P&D, dos quais, 3 são mestres e 4 são engenheiros com especialização. Não há colaborador com nível de doutor. As instalações possuem área equivalente à 1.114 m², que abrigam os laboratórios de software, mecânica e elétrica, nos quais é possível, inclusive, construir protótipos que envolvam processos mecânicos com garantia metrológica. O instituto atende a todos os requisitos previstos na Resolução CAPDA nº 5/2010. Recomendamos, portanto o seu credenciamento como instituição que realiza atividades de P&D. A ressalva é o não atendimento do número mínimo de doutores (2%), sobre o qual é concedido prazo de 5 anos, pelo fato de ser um credenciamento, conforme Resolução nº 8/2015. Concluiu que somos favoráveis ao credenciamento desse instituto.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: adicionou a informação que instituto CAL-COMP surgiu a partir de um investimento realizado pela CAL-COMP na área de semicondutores e de memórias.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): complementou dizendo que a CAL-COMP instalou uma nova unidade em Manaus, na qual são trabalhados internamente todos os processos tecnológicos. O corpo técnico da fábrica de Manaus é levado para receber treinamento na matriz localizada em Taiwan e a partir disso, aprimoram os processos fabris. Em Manaus são realizados todos os refinamentos desde a matéria bruta até a conclusão dos semicondutores, sendo um dos principais fornecedores de componentes para as outras fábricas da região. O investimento realizado no momento nesse instituto é a forma

encontrada para a realização de P&D internamente, trazendo para si a responsabilidade do desenvolvimento tecnológico da empresa.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo nenhum comentário adicional, colocou para votação dos comitentes presentes que, sem voto contrário aprovou o credenciamento do Instituto CAL-COMP de Pesquisa e Inovação da Amazônia.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: continuou apresentando o Instituto de Tecnologia e Negócios do Norte. O instituto também demonstrou que possui como atividade precípua a realização e atividades de P&D, atendendo o art. 20, combinado com os incisos I, II e III do art. 23 e I e II do art. 24 do Decreto nº 6.008/2006, o que pode ser verificado em seu estatuto. O quadro de pessoal conta com 5 pessoas, sendo um doutor em Eng. Elétrica. Atende, portanto, o percentual mínimo de doutores na instituição. Há ainda um mestre e três analistas de sistemas. As instalações possuem área de 251 m² onde são realizadas atividades de P&D na área de software. Para o fim de credenciamento, foi apresentado seu plano de P&D para os próximos dois anos, o qual compreende dois desenvolvimentos de software. O instituto atende a todos os requisitos previstos na Resolução CAPDA nº 5/2010. Recomendamos, portanto o seu credenciamento como instituição que realiza atividades de P&D.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: não havendo nenhum comentário adicional, colocou para votação dos comitentes presentes que, sem voto contrário aprovou o credenciamento do Instituto de Tecnologia do Norte. Continuou a pauta passando a palavra ao Leopoldo para sumarizar o tema da Proposição nº 13, que trata do descredenciamento do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, RAD nº 12/2016-COART/CGTEC/SAP.

LEOPOLDO MENEZES – coordenador-geral substituto da CGTEC/SAP/SUFRAMA: informou que o IFRR é instituição de ensino e pesquisa, cuja atividade está voltada predominantemente às áreas agropecuárias e educação credenciada pelo CAPDA nos termos da Resolução nº 29, de 29/12/2013. Atualmente, a instituição reporta que conta com 66 profissionais dedicados a pesquisa e desenvolvimento, dos quais 6 possuem titulação de doutor, 4 são doutorandos, 26 são mestres, 10 mestrandos e 20 especialistas. Há dois campi: Amajari e Boa Vista-Zona Oeste. O primeiro conta com laboratórios de informática e de áreas biológicas e agrícolas. O campus Boa Vista Zona Oeste funciona provisoriamente na Escola Profa. Elza Breves de Carvalho. A equipe da Suframa se deslocou à Boa Vista para a realização da avaliação de desempenho, no entanto não foi dado acesso às instalações da instituição. Ademais, por dois ciclos avaliativos o instituto não recebe recursos da Lei de Informática. Fica, portanto, recomendado o seu descredenciamento.

LUIZ PAZOS – Titular BNDES: Questionou quanto a informação à instituição de que estaria sendo descredenciada.

MAURICIO ITIKAWA – técnico da COART: reiterou que além do fato de não ter recebido recursos por 2 ciclos de avaliação de desempenho, a instituição, mesmo diante de agenda de visita, providências de viagem à Boa Vista, não foi dado acesso à equipe da Suframa às instalações do IFRR. Este fator impossibilitou a constatação de que os dados informados nos documentos de avaliação fosse realizada, impedindo a realização da avaliação em si. Nesse contexto, a instituição certamente espera que o descredenciamento ocorra.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: colocou o tema em deliberação, sobre o qual nenhum voto contrário à recomendação da Secretaria Executiva quanto ao descredenciamento do IFRR. Prosseguiu passando à palavra do Secretário Executivo para apresentar o segundo bloco de proposições, que se refere à Proposição nº 12, sobre a instituição do INDT como coordenador do programa prioritário “ECONOMIA DIGITAL”.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): iniciou comentando sobre o Edital de Chamamento Público CAPDA nº 1/2016, cuja informação foi passada ao CAPDA na 49ª Reunião Ordinária, realizada em 14/7/2016, durante a qual foi solicitada, por alguns comitentes, a disponibilização de seu conteúdo. Diante da solicitação, foi informado pelo Coordenador que alguns comitentes seriam potenciais concorrentes, não havendo a possibilidade de antecipar o conteúdo do Edital na reunião do CAPDA, evitando-se a possibilidade de beneficiar qualquer envolvido e prejudicando o processo de seleção. Complementou que, em caso de prévia divulgação em reunião, haveria a necessidade de bloquear a participação de qualquer instituição que tivesse vínculo com comitentes do CAPDA. Foram ainda consultadas as procuradorias federais lotadas no MDIC e na Suframa, as quais se manifestaram pela não divulgação enquanto não fosse efetivamente tornado público o edital. Após dada a publicidade, ocorrida por meio de imprensa de grande circulação, Diário Oficial da União e primeira página do site da Suframa, não foi registrada nenhuma manifestação externa quanto à redação desse edital no meio disponibilizado para comunicações (e-mail cgtec@suframa.gov.br). As dúvidas relativas ao edital foram respondidas por meio eletrônico e disponibilizadas no site da Suframa. Após a abertura das propostas, estas foram analisadas por equipes nomeadas pela Superintendente da Suframa, sendo compostas por membros da Suframa e do MDIC. Foram duas equipes: uma técnica e uma administrativa. A análise ocorreu em fases: a primeira fase, a técnica, foi realizada “às cegas”, ou seja sem conhecimento do concorrente que se relacionava à proposta analisada. Terminada a análise técnica foi realizada a habilitação realizada pela equipe administrativa, culminando no resultado final do processo, sobre o qual foi dado publicidade no site da Suframa para conhecimento de toda a sociedade, havendo ainda prazo para recursos contra o resultado final, não havendo nenhum registro de recebimento de recurso. Com base nisso, o resultado final juntamente com a minuta de Acordo de Cooperação Técnica foram encaminhados para apreciação da Procuradoria Federal lotada na Suframa, que se posicionou favorável à continuidade do processo, desde que garantidos que as condições previstas no edital não sofressem alterações. Na sequência convocou o analista João Paulo Penhalosa, que coordenou a equipe técnica para explicar os trabalhos.

LUIZ PAZOS – Titular BNDES: Questionou se o tema seria deliberativo ou somente informativo.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): respondeu que há um ato formal do Comitê sob a forma de Resolução declarando como vencedora a instituição selecionada diante dos critérios técnico-administrativos previstos pelo edital.

LUIZ PAZOS – Titular BNDES: Perguntou se o CAPDA estaria realizando alguma análise ou escolha de instituição ou se trata de uma deliberação sobre uma recomendação da Suframa.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): respondeu que se trata de recomendação da Suframa validada pela Procuradoria Federal (apresentou o parecer jurídico), confirmando de que o Comitê não escolhe a instituição, fato previamente realizado pelas equipes técnicas do Ministério em conjunto com a Suframa.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: acrescentou que, por ser um edital CAPDA, ao final, cabe a conclusão do processo por meio de uma Resolução do CAPDA.

JOÃO PAULO PENHALOSA – coordenador da equipe técnica do edital: esclareceu que o certame ocorreu fielmente segundo as regras estabelecidas no edital, iniciando-se pelo credenciamento das instituições que apresentaram as propostas. Estas foram entregues em três envelopes, sendo um contendo o mérito técnico, sem possibilidade de identificação da instituição participante (essa é uma das regras do edital) a fim de se garantir imparcialidade nesta etapa. A análise técnica compreendeu, de forma resumida, na análise da rede de relacionamento, recursos humanos, resultados e análise da proposta, critérios objetivos que nortearam a avaliação. Nesta fase, por incluir a identificação da instituição na proposta, uma das três concorrentes que se credenciaram para o programa Economia Digital foi desclassificada.

LUIZ PAZOS – Titular BNDES: perguntou sobre quantas instituições se credenciaram para participar da seleção de quais programas.

JOÃO PAULO PENHALOSA – coordenador da equipe técnica do edital: respondeu que do total de sete participantes, três se credenciaram para concorrer ao programa “Economia Digital”, duas para o programa “Biotecnologia” e duas para o programa “Formação de Recursos Humanos”. Acrescentou que todas as propostas apresentadas para os programas “Biotecnologia” e “Formação de Recursos Humanos” foram desclassificadas por algum critério previsto no edital, na fase de análise técnica, para tanto, foi dado encaminhamento à publicação do segundo edital de chamamento público a fim de selecionar os coordenadores para esses dois programas.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): acrescentou que o segundo edital já passou pela avaliação da Procuradoria Federal lotada na Suframa, que se manifestou juridicamente favorável a edição do segundo chamamento público para a seleção dos coordenadores para os dois programas. O edital, assinado pelo Coordenador do CAPDA, é tornado público por intermédio da Suframa (o CAPDA não possui personalidade jurídica própria, portanto, a Suframa, como secretaria executiva, publica os atos do Comitê).

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: lembrou que não há recurso no processo. A instituição coordenadora de um programa prioritário composto por um conjunto de linhas de P&D que dialoga com aqueles estabelecidos no anexo III do edital de chamamento público, uma vez selecionada, recebe a autorização do CAPDA para captar recursos para a execução dos projetos de P&D. É opcional ao setor privado o investimento uma parcela de sua obrigação em programa prioritário. Este é o motivo pelo qual os critérios do edital são tão exigentes. O processo de seleção deve ser capaz de selecionar coordenadoras que tenham de fato um conjunto composto por histórico e capacidade de convencer as empresas a aplicar nos projetos. Portanto, não há recursos propriamente ditos, mas uma habilitação para captação deles no setor privado.

MAURÍCIO B. DE FRANÇA TEIXEIRA –Titular – FINEP: perguntou como foi a composição da comissão técnica.

JOÃO PAULO PENHALOSA – coordenador da equipe técnica do edital: respondeu que a composição contou de servidores da Suframa e do MDIC, tendo a precaução de que o perfil dos membros fosse essencialmente técnico. Na Suframa foram indicados técnicos que atuam diretamente na área de P&D vinculados à SAP. A equipe do MDIC também foi composta por profissionais com grande expertise na área de inovação. O currículo de cada profissional consta nos autos do processo, garantindo o respaldo necessário para a validação da análise técnica.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: observou que, por falta de quórum, os temas serão deliberados eletronicamente no prazo de cinco dias úteis. Passou então a palavra à equipe da Finep/MCTIC, para que seja abordado o tema da utilização dos recursos do FNDCT: ausência, por três anos, de deliberação de aplicação dos recursos do CT-Amazônia em projetos na região em função do conhecido contingenciamento e da utilização transversal versus vertical e da possibilidade de utilização do percentual dos recursos em atividades de apoio ao CAPDA (estudos, avaliações e logística das reuniões ordinárias).

Lilian Rose Peters – Convidada/MCTIC: informou que 2013 foi o último ano no qual houve liberação de recursos provindos do CT-Amazônia. Esse fenômeno não ocorreu somente no CT-Amazônia, mas em todos os fundos. Em 2014, houve apenas uma reunião deliberativa sobre utilização de verbas de fundos, na qual foi avaliado somente andamentos de projetos. Naquele período iniciou-se a escassez de recursos. Não se tratou em nenhum momento de exclusão da Amazônia, mas do fato de não existir recurso. Em 2015, a situação se agravou ainda mais. Cada fundo permaneceu somente com R\$ 218 mil, os quais permaneceram correspondem ao valor mínimo de saldo para que o Ministério do Planejamento não feche a conta. Tal situação ocorreu quando os fundos possuíam compromissos firmados na ordem de milhões. Em 2016, houve mudança de ministro e ministério e a situação continuou difícil. Foram somente pagas as contas provindas de projetos iniciados ou eleitos em 2013. O trabalho da equipe tem sido acalmar pesquisadores que recebeu, em média, até 50% do recurso que foi aprovado. Atualmente verifica-se um movimento de capitação de dinheiro no sentido de pagar o passivo, sendo essa a perspectiva para o ano de 2017: pagamento de contas antigas, não havendo margem para nenhuma outra atividade. Somente em 2018 está

previsto o retorno à normalidade. Acrescentou que nas últimas reuniões não houve autorização para as viagens para a participação nas reuniões do CAPDA, mas que as próximas contariam com a participação do MCTIC responsável pelos fundos.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): agradeceu a vinda da representante do MCTIC para o fornecimento das informações e acrescentou que houve mais de uma solicitação de manifestação à Finep a respeito das deliberações sobre os recursos do CT-Amazônia, porém todas sem resposta. Adicionou que o MPF/AM tem questionado sobre a utilização dessa verba.

MAURÍCIO B. DE FRANÇA TEIXEIRA –Titular – FINEP: esclareceu que o motivo da ausência da Finep nas últimas reuniões do CAPDA se deveu ao mesmo motivo. Que a Finep, durante 20 meses teve quatro presidentes. Observou que foi endereçado o Ofício nº 31/2016 do Gabinete da Secretaria de Inovação e Novos Negócios em 22/6/2016. Em agosto foram acionados a área jurídica e de planejamento da Finep para que fossem estudados os pleitos colocados, os quais se resumem em: contratação de uma consultoria para avaliações, as despesas operacionais (5%) e a questão da aplicação territorial dos recursos. As áreas jurídica e de planejamento da Finep entenderam que deveriam estudar para subsidiar a resposta do presidente. Essa análise parou na área jurídica em função da mudança de presidente, podendo ser colocado novo estímulo, por parte deste comitente, para que haja a conclusão da análise e, portanto, uma resposta oficial aos pleitos. Possivelmente esse tema deverá tramitar pelo Comitê do FNDCT para a decisão final, sendo que a análise jurídica poderá indicar a qual instância compete tal deliberação. Referente à interrupção no fluxo de recursos do CT-Amazônia, informou que há 48 operações desde 2004. Exemplificou como sendo “operação” os acordos de cooperação, tais como o que foi realizado com a FPEAM, no qual a Finep realizou a descentralização e a FAPEAM fez a operação finalística. São também exemplos de operações os convênios e apoio ao CBA, totalizando ao todo, 48 operações. Dessas, somente 3 ainda se encontram em status de desembolso e execução, não havendo nenhum processo em estágios iniciais, fato provocado pela interrupção das atividades de ciência, tecnologia e inovação com os recursos do CT-Amazônia. Atualmente, a tesouraria da Finep contabiliza aproximadamente R\$ 500 milhões em projetos relevantes para o país que já estão contratados, cujos temas abrangem desde o desenvolvimento de novas drogas até a torre de dados primários para mudanças de clima na Amazônia. O Ministro atualmente negocia recursos para pagar essa conta, ou seja, 2017 não tem perspectiva de financiamento de novos projetos, mas de saneamento das contas do passivo, havendo um horizonte mais otimista somente em 2018. Disponibilizou-se para provocar os departamentos internos da Finep para que o CAPDA obtenha uma resposta oficial da instituição e negou a necessidade do encaminhamento de novo ofício sobre o tema, haja vista que as questões são claras e se encontram no *pipeline* para serem respondidas, lembrando que a resposta pelo presidente da Finep poderá não ser definitiva, considerando a possibilidade de ser necessário encaminhamento ao conselho diretor.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Coordenador substituto: agradeceu relato dos representantes da Finep e do MCTIC e ressaltou a importância de se ter um canal de comunicação estabelecido, haja vista a necessidade de prestar esclarecimentos sobre as constantes abordagens dos órgãos de controle, da classe política, comunidade científica e empresas, que questionam a destinação dos recursos. Finalizou a reunião agradecendo os demais comitentes e lamentou a falta de quórum, tendo em vista que os comitentes locais sempre contribuem muito na discussão dos temas e adiantou que o planejamento estratégico para os programas prioritários trará sofisticação à operação, com visão de negócios e geração de riquezas, para os quais demandará deliberações importantes por parte do CAPDA. Solicitou celeridade no encaminhamento dos temas para votação eletrônica, adiantando que

na próxima reunião haverá a apresentação do plano de negócios. Declarou, então, encerrada a 50ª Reunião Ordinária.

Observação: em função de deliberação eletrônica, integram esta ata os anexos contendo os votos dos comitentes ausentes (votos eletrônicos). Votaram eletronicamente, concordando com todas as proposições da pauta, os comitentes:

1. Oduval Lobato Neto – Comitente titular do Banco da Amazônia;
2. Estevão C. Monteiro de Paula – Comitente titular do Governo do Estado do Amazonas;
3. Celso Piacentini – Comitente do PIM (2º Titular);
4. Edleno Silva de Moura – Comitente da Comunidade Científica (1º Titular); e
5. Cleinaldo de Almeida Costa – Comitente da Comunidade Científica (Suplente do 2º titular).

Foram totalizados 9 votos favoráveis aos temas da Pauta, configurando, desta forma, aprovação das proposições objetos desta ata.

Manaus, 7 de dezembro de 2016.

Marcos Vinícius de Souza
Coordenador do CAPDA

Marcelo Souza Pereira
Secretário Executivo do CAPDA